



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade - Instituto de Ciências Sociais - U.M. - Guimarães - nº 12 - Março de 2000

S
U
M
Á
R
I
O

EDITORIAL

Perspectivas e métodos da Biodemografia

♦Carlota Santos

FALANDO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦Maria Norberta Amorim

INVESTIGADOR APRESENTA-SE: **José Guilherme Reis Leite**

♦Elisabete Pinto

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO: *As particularidades das Flores e do Corvo na história açoriana*

♦José Guilherme Reis Leite

NOTÍCIAS

• **Abertura dos cursos de Património e Turismo no pólo de Azurém**

• *Imagens de Mulheres*, um livro de Maria de Jesus Maciel

• *As elites, as eleições e o pdoer em Guimarães entre o absolutismo e o liberalismo*, num livro de José da Silva Marinho

• **Actas do IV Congresso da ADEH (Bilbau-S. Sebastian)**

EDITORIAL

Carlota Santos

Perspectivas e métodos da Biodemografia

Enquanto área de intersecção disciplinar, a Biodemografia aproxima-se da Demografia pelos seus métodos e da Genética das Populações pela sua perspectiva biológica. Com efeito, visando determinar o tipo de estrutura genética desenvolvido por uma certa população e avaliar a incidência dos vários mecanismos que teriam contribuído para a sua modificação no tempo, os estudos biodemográficos pressupõem uma recolha de informação sistemática e exaustiva sobre os indivíduos que constituem essa população e sobre todos aqueles que genealogicamente os precederam.

Embora, em teoria, qualquer população seja passível de observação, consideram-se ideais para objecto de estudo as que se encontram genética e/ou geograficamente isoladas e tendem, por consequência, a constituir-se em grupos sociais de reduzida dimensão, com características endogâmicas e homogeneidade genética.

A transmissão diferencial de genes de uma geração para a seguinte, responsável pela evolução biológica de uma população, depende da actuação de vários processos microevolutivos entre os quais adquirem particular significado os de selecção natural e deriva genética. A selecção natural

resulta na propagação de indivíduos portadores de determinadas características que permitem uma maior “eficácia biológica” (a qual se traduz numa maior capacidade de procriar descendentes vivos) e na correspondente inibição dos menos aptos (em que essas características se encontram ausentes). Este processo determina o valor adaptativo de uma população, calculável através de um índice onde intervêm a fecundidade, a mortalidade e a variância de filhos por progenitor/número médio de filhos por progenitor (Cavalli-Sforza e Bodmer, 1971). A deriva genética significa, por outro lado, a possibilidade de uma população evoluir de uma geração para outra, na ausência de intervenção de fenómenos como mutação, migração, pressão selectiva, etc. A avaliação do grau de incidência de cada um destes processos pressupõe, obviamente, o conhecimento da estrutura familiar e dos comportamentos reprodutivos de uma população, razão pela qual as fontes e os métodos específicos da Demografia Histórica se revelam insubstituíveis na análise biodemográfica.

Em Espanha, as primeiras investigações realizadas no âmbito da Biodemografia e baseadas na metodologia de “reconstituição de

famílias”, datam de meados da década de setenta e devem-se a Bernis (1974), Bertranpetit (1981) e Fuster (1982). Estes estudos pretendem quantificar a viabilidade da descendência a partir da informação fornecida pelos registos paroquiais e civis, segundo os métodos de análise propostos por L. Henry. Posteriormente, outros autores como Gonzalez (1985) e Sanchez Compadre (1989) avançam para a análise da estrutura antropogenética das populações consideradas como unidades reprodutivas, passando pelas seguintes etapas:

- ♦quantificação da fertilidade de cada unidade familiar, assim como da incidência da mortalidade infantil e da sobrevivência à idade reprodutiva;
- ♦determinação da influência de variáveis qualitativas - inerentes aos cônjuges no momento de celebração do matrimónio - como a esterilidade, grau de endogamia e consanguinidade sobre a fertilidade do casal, a mortalidade infantil e a sobrevivência à idade reprodutiva;
- ♦análise da modificação das variáveis acima referidas, em função de variáveis quantitativas como o nível de ilegitimidade, a duração das uniões, a idade da maternidade para cada filho e a duração do período reprodutivo útil da mãe;
- ♦avaliação do efeito de selecção natural e de deriva genética sobre o grau de adaptação da população ao seu meio biogeográfico.

Sendo mais recentes em Portugal, os estudos biodemográficos desenvolvidos nos últimos anos (Areia, 1986; Abade, 1992) assentam, na sua generalidade, nos métodos tradicionais de recolha de informação sem reconstituição de famílias. No seu estudo sobre

a população transmontana de Lombada (Abade, 1992) este último investigador testa, para o caso português, a aplicação dos apelidos como material genético, já que a sua transmissão é geralmente feita segundo um padrão semelhante ao dos genes. Na linha das investigações apresentadas por Crow & Mange (1965), Ellis (1977) Lasker (1977) e Weiss (1980) entre outros, o autor procede a três utilizações distintas, porém complementares, do método isonímico:

- ♦análise da consanguinidade (permitindo estabelecer a estrutura dos casamentos e a influência das subdivisões geográficas nessa estrutura);
- ♦análise da diversidade (a qual se processa partindo do padrão de distribuição dos apelidos intra-populações, no sentido do conhecimento do grau de isolamento de cada uma delas);
- ♦análise de parentesco (viabilizando a determinação do grau de parentesco inter-populações e intra-populações, o grau de microdiferenciação e heterogeneidade genética e o respectivo grau de isolamento genético).

A evolução da investigação no âmbito da Demografia Histórica, em Portugal, assim como os resultados já obtidos através da aplicação da metodologia de “reconstituição de paróquias” para uma amostra significativa de comunidades, localizadas na sua grande maioria a Norte do país, apontam inequivocamente para a necessidade de alargar as potencialidades deste método ao campo da Biodemografia, no interesse das duas áreas científicas em questão. Com efeito, considerando que a compreensão da estrutura global e da dinâmica de uma população assenta no conhecimento da rede de interações es-

tabelecidas entre a pluralidade de variáveis que a integram (de ordem demográfica, biológica, social e geográfica), acreditamos que o significado das variações demográficas regionais poderá ser mais amplamente alcançado se avançarmos no sentido da análise das estruturas genética e de parentesco com as quais as variáveis demográficas interagem. De forma complementar e do ponto de vista biodemográfico, a metodologia de “reconstituição de paróquias”, fundamentando a construção de uma ampla base de dados aberta ao cruzamento nominativo com informações provenientes de outras fontes, não só permitirá caracterizar demograficamente a população como reconstituir o percurso vital dos residentes na comunidade em análise ao longo de todo o período observado e determinar a posição relativa de cada indivíduo na cadeia genealógica que integra, bem como o movimento marital, requisito básico para o conhecimento das estruturas de parentesco e genéticas intra e inter-populações. •

BIBLIOGRAFIA

- ABADE, Augusto, (1992) *A população inexistente - estudo demográfico e genético da população da Lombada, Bragança*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra
- AMORIM, Maria Norberta, (1991) “Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX - I, Madrid
- AREIA, M. L. R., (1986) “Studies on Biodemography in Portugal” in *Antrop. Port.*, 4/5, pp. 7-12
- BERNIS, C., (1974) *Estudio biodemografico de la población maragata*, dissertação de doutoramento, Universidad Complutense de Madrid
- BERTRANPETIT, J., (1981) *Estructura demografica i genética de la població de Formentera*, dissertação de doutoramento, Universidad de Barcelona
- CAVALLI-SFORZA, L. L. e BODMER, W. F., (1971) *The genetics of human populations*, W. H. Freeman & Co., San Francisco

Num quadro paroquial rural, em períodos longos, a análise das profissões, particularmente das profissões femininas, esbarra quase sempre com o silêncio das fontes. Ao longo do Antigo Regime nos registos paroquiais só eventualmente encontraremos indicação da actividade das mulheres, mais frequente nos assentos de óbitos, como afirmação final de individualidade. No século XIX, particularmente depois de 1860, quando, por norma, nos assentos paroquiais é indicada a profissão dos indivíduos adultos, os critérios de classificação evoluem, passando-se, no caso das mulheres, da indicação de actividades específicas (como a de fiadeira, tecedeira, costureira e outras), a um remetimento para a actividade *doméstica*, ou expressão equivalente (*vivendo do governo da sua casa, dona de casa...*).

Na paróquia que estudo neste momento, a freguesia açoriana das Ribeiras, concelho das Lajes do Pico, tive acesso a uma lista de habitantes de 1838 em que, a ambos os sexos, foi sistematicamente atribuída uma categoria, profissão ou actividade que, no caso das mulheres, foi diferente da doméstica. Tratava-se então de uma comunidade de 2025 habitantes, 924 indivíduos do sexo masculino e 1101 do sexo feminino, que repartiam a sua actividade entre o sector agro-pastoril, a exploração de recursos do mar e

os ofícios ou cargos tradicionais.

Dos 657 homens a quem é referida uma profissão, 67% dedicavam-se às actividades agro-pastoris. Contamos 93 lavradores, com o significado de proprietários, 32 pastores, filhos ou criados dos primeiros, e 317 trabalhadores, entendendo-se estes últimos como jovens dependentes, sem



propriedade, ou chefes de família que não tendo terra suficiente para o seu equilíbrio doméstico eram contratados para trabalhar nas propriedades dos lavradores. O grupo dos marítimos era dos mais importantes da ilha, sediados na sua maioria no lugar de Santa Cruz, hoje paróquia, representando 25% dos homens ac-

tivos. Nos restantes 8% da população activa masculina encontramos carpinteiros (10 casos, ligados em parte à construção de embarcações), ferreiros (9 casos), sapateiros (9 casos), pedreiros (4 casos), serradores (4 casos), alfaiates (2 casos), escrivães (2 casos), tesoureiros (2 casos), além de um calafate, de um caiador, de um medidor, de um partidor, de um mercador, de um egresso, do padre cura, do padre vigário e do fâmulo deste último. Encontramos mais 8 criados em casas de lavradores, mas é-lhes atribuída a profissão de pastor ou trabalhador, sendo apenas apontada a situação de *fâmulo* em relação à inserção familiar.

Dos 747 indivíduos do sexo feminino dadas como capacitadas para exercer uma actividade (a 11 mulheres sem posição social privilegiada não foi indicada profissão), 48% foram designadas como fiadeiras, 35% como costureiras, 10% como tecedeiras, 4% como meeiras, agrupando-se nos 3% restantes 8 cardadeiras, 6 esteireiras, 3 bordadeiras, 2 vendeiras, uma alfaiata, uma curadeira, uma mestra e uma fâmula. Inseriam-se nos ambientes familiares dos lavradores mais 15 criadas, às quais foi indicada a profissão de fiadeira, tecedeira ou costureira, como às mulheres ou filhas dos mesmos. Apenas encontramos uma mulher como trabalhadeira e outra como

EDITORIAL

Carlota Santos

CROW, J. e MANGE, P., (1965) "Measurement of inbreeding from the frequency-of marriages between persons of the same surname", *Eug. Quart.*, 12, pp. 199-203

ELLIS, W. S., (1977) *Inbreeding as measured by isonymy and pedigrees in two Swiss villages*, Ph. D. Thesis, University Microfilms International, Ann Arbor

FUSTER, V., (1982) *Estructura antropogenética de la población de nueve parroquias del municipio de Los No-*

gales, dissertação de doutoramento, Universidad Complutense de Madrid

GONZALEZ, J., (1985) *Estudio biodemográfico y estructura antropogenética del municipio de Barrado*, dissertação de licenciatura, Universidad Autónoma de Madrid

LASKER, G., (1977) «A coefficient of relationship by isonymy: A method for estimating the genetic relationship between populations» in *Hum. Biol.*, 49, pp.489-493

SANCHEZ COMPADRE, E. et al., (1995) «La

reconstrucción de familias y su aplicación al estudio antropogenético de las poblaciones» in REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, vol I, Porto, Afrontamento, pp. 253-268

WEISS, V., (1980) «Inbreeding and genetic distance between hierarchically structured populations measured by surname frequencies» in *The Mankind Quart.*, 21, pp. 135-149

lavradeira. Como já havíamos observado anteriormente na paróquia de S. João do mesmo concelho, as mulheres trabalhavam de portas a dentro preferentemente, sendo poupadas ao trabalho do campo, reservado aos homens.

Focalizando com maior atenção o universo feminino, começamos por verificar que das cinco mulheres tituladas de donas em 1838 apenas duas não tinham actividade referida. Eram sogra e nora e viviam em dois fogos contíguos e possivelmente na mesma residência. Tratava-se de D. Maria Custódia Forjaz de Lacerda, natural da ilha de S: Jorge, de 66 anos, viúva do Alferes José Francisco da Silveira, este natural das Lajes do Pico. Tinha na sua dependência uma irmã solteira chamada Umbelina, de 79 anos, não referida como dona, mas à qual também não foi atribuída profissão. Estranhamente nenhum filho é dado como residente em 1838, embora o casal tivesse baptizado três filhos nas Ribeiras e na mesma freguesia se viesse a realizar posteriormente o casamento de outros dois filhos nascidos fora. Um outro filho, lavrador, António de Lacerda Pereira, também nascido fora, então com 37 anos, vivia no fogo contíguo, casado com D. Isabel Bernarda Moniz da Silveira, de 24 anos, também natural, como a sogra, da Ilha de S. Jorge. Tinham dois filhos menores e um criado de 50 anos, a quem é indicada a ocupação de pastor.

D. Maria Teles, de 44 anos, natural da paróquia e filha do Alferes João Teles de Miranda e de Joana Tomásia era casada como o Capitão Paulino José de Macedo, de 48 anos, natural das Lajes. Foi-lhe atribuída a ocupação de costureira. Também a D. Maria Ludovina do Coração de Jesus, de 35 anos, filha do Capitão Jorge António da Silveira e de D. Maria Perpétua do Coração de

Jesus e viúva do Capitão José Joaquim de Bem, este natural da freguesia de S. João, foi atribuída a profissão de costureira. Sua mãe, de 51 anos (?), também viúva, que vivia na dependência da filha, era também costureira.

Aprender a fiar, lã ou linho, seria uma aprendizagem obrigatória para as adolescentes na maioria das famílias (entre as menores de 15 anos contamos 16 fiadeiras, 7 costureiras, 3 tecedeiras e uma meeira). A freguesia vestia da lã das suas ovelhas e teciam-se cobertores e belas colchas que aqueciam e adornavam as camas. Admitimos que na época a cultura e o tratamento do linho na freguesia tivesse maior expressão do que a referida numa estatística do Governo Civil da Horta referente ao ano de 1884 (100 metros de pano de linho, 2.000 metros de pano de lã, 10 colchas). Aprender a tecer, a costurar ou a bordar dependeria de aptidões individuais, mas também da inserção familiar e social. Se considerarmos as mulheres dos lavradores, verificamos que 70% (45) eram costureiras, 14% (9) eram fiadeiras e 11% (7) eram tecedeiras, havendo ainda duas bordadeiras e a única lavradeira. No caso das mulheres dos trabalhadores 28% eram costureiras (51), 65% eram fiadeiras (116), 4% eram tecedeiras (7), havendo ainda duas cardadeiras, duas esteireiras e uma meeira. As mulheres dos artífices e dos homens de serviços eram em 59% dos casos costureiras (22), em 24% eram fiadeiras (9), em 11% eram tecedeiras (4), havendo uma meeira e uma cardadeira. No que respeita às mulheres dos marítimos, 34% eram costureiras (29), 36% eram fiadeiras (31), 15% eram tecedeiras (13), 6% eram meeiras (5), havendo ainda duas cardadeiras, uma esteireira, duas vendeiras, uma curadeira e uma mestra.

Parece depreender-se que a actividade de costura estaria mais ao alcance das mulheres dos proprietários e dos artífices, o mesmo acontecendo com o trabalho no tear. É difícil saber se a mestra referida como mulher de um marítimo seria mestra de costura ou de bordados ou de outra actividade especializada, incluindo mestra de primeiras letras. Tratava-se de Maria do Espírito Santo, de 55 anos, natural da freguesia de S. Mateus da mesma ilha, casada com Manuel Rodrigues Soares, de 75, residentes no lugar de Santa Cruz. O facto de ser natural de uma freguesia onde as rendeiras de arte se viriam a impor no quadro regional e mesmo nacional, poderia significar a transmissão de destrezas ainda então não divulgadas em Santa Bárbara. Também não sabemos se a actividade de curadeira estaria relacionada com o tratamento de feridas ou cura de doenças numa terra completamente desprovida de profissionais de saúde (no seu Relatório de 1865 o Governador Civil da Horta, António José Vieira Santa Rita, afirmava que a populosa ilha do Pico não possuía então nem *facultativo* nem farmácia). A curadeira em causa era natural da paróquia, chamava-se Isabel Josefa, tinha 63 anos e era casada com Manuel de Ávila, de 59 anos. As vendeiras referidas viviam ambas no lugar de Santa Cruz. Genoveva Jacinta, vendeira, tinha 38 anos, era casada com Manuel Machado, da mesma idade, e tinha quatro filhos menores. Joana Inácia, a outra vendeira, tinha 25 anos, era casada com José Francisco Fernandes de 33 e tinha dois filhos menores. Admitimos que em Santa Cruz, onde se vivia quase exclusivamente do mar, houvesse maiores oportunidades de comercializar produtos essenciais, mais acessíveis a quem vivia da terra.



NOME: *José Guilherme Reis Leite*

DATA DE NASCIMENTO: *25 de Dezembro de 1943*

NATURALIDADE: *Angra do Heroísmo*

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Doutorado em História Contemporânea (aposentado)*

Entre a história da política e a política activa

Embora afirme possuir um **“curriculum algo irregular”**, desde muito cedo, **“ainda no Liceu”**, José Guilherme Reis Leite deixou-se cativar pelo fascínio da história. Primeiro com **“a investigação na área da genealogia”**, inclinação que depois veio a abandonar. Mal terminou o Liceu, **“por gosto”**, ingressou no curso de História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ainda aluno universitário, começou a orientar a investigação **“como era moda na altura para história económica”**, domínio do qual também se afastou, ao eger a **“história política e administrativa dos Açores”** para a elaboração da tese de licenciatura, com uma abordagem dedicada à Capitania Geral, na segunda metade do século XIX.

Confrontado com as delimitações temporais usualmente definidas nos trabalhos que produz, o investigador canaliza as preferências para o período de transição que medeia **“o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea”**, tendo sempre como interesse prioritário **“a história das instituições e da polí-**

tica”.

Após ter concluído o serviço militar concorreu a um lugar do Liceu Nacional de Angra de Heroísmo, na área da história, onde fez o estágio pedagógico, em 1972, vindo mais tarde a preencher um lugar de professor efectivo.

Volvidos quatro anos, José Guilherme Reis Leite iniciou uma viragem no percurso profissional, ao passar da **“investigação da história da política para a política activa”**.

Em Setembro de 1976, foi convidado a exercer o lugar de Secretário Regional de Educação e Cultura do Governo Regional. Até 1999, enveredou por uma carreira na política, **“em lugares do Governo Regional, em lugares do Parlamento Regional e, depois, deputado na Assembleia da República”**. No entanto, esta ligação envolvente com a vida política nunca afastou Reis Leite de uma actividade paralela, **“alimentar o gosto pela história, escrevendo alguns trabalhos, produtos dessa investigação toda ela mais ou menos virada para a História dos Açores”**.

Com a vida repartida entre a política e a história da política, José Guilherme Reis Leite refere que sempre gostou de **“acompanhar as funções políticas por uma reflexão de entendimento do fenómeno do poder e do fenómeno da própria montagem de uma máquina administrativa regional”**. Interessado pelos problemas relacionados com o regionalismo e identidade açoriana, tem procurado aprofundar a questão da **“açorianidade”**, vista pelo prisma da história.

Por isso, os trabalhos produzidos pelo investigador reflectem uma profunda ligação aos Açores, destacando **“a história das próprias instituições, as Juntas Gerais, a Capitania Geral, os Governos Civis, enfim, os poderes periféricos, a própria história dos partidos no século XIX”**. Simultaneamente, tem manifestado interesse **“pela história da cultura”**.

Dispondo de **“abundância de fontes”** para a concretização dos projectos de investigação, José Guilherme Reis Leite aponta apenas algumas limitações ao trabalho que tem desenvolvido devido

FALANDO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

Maria Norberta Amorim

É interessante verificar que as seis esteireiras identificadas se referem unicamente a dois lugares distanciados da freguesia, Ribeira Grande e Caminho de Cima, fazendo-se a aprendizagem dentro da família e na vizinhança. Também a profissão de meeira se referia predominantemente ao lugar,

encontrando-se 25 das 27 meeiras a viver em Santa Cruz.

A inserção das mulheres no mundo do trabalho começava cedo e a velhice não a fazia terminar. Em regra, era por volta dos 11-12 anos de idade (um a dois anos mais cedo do que no caso dos rapazes) que era atribuída

uma actividade a cada rapariga, embora se contem duas crianças com apenas 10 anos a quem foi atribuída a actividade de fiadeiras. Na família e no enquadramento vicinal, desde cedo, a comunidade reproduzia os seus saberes à procura de uma evolução em equilíbrio. •

As particularidades das Flores e do Corvo na história açoriana

Tem várias vezes sido lançado o desafio aos historiadores dos Açores da necessidade de se escrever uma história daquelas ilhas, mas a concretização dessa tarefa vai sendo sempre adiada. Agora, como avançar da Nova História da Expansão dirigida por Oliveira Marques e Joel Serrão e a preparação de um volume, de orientação de Teodoro de Matos, dedicado às Ilhas do Atlântico, o qual abrange um período cronológico grosso modo correspondendo à Idade Moderna, tornou-se necessário rever os conhecimentos acumulados e tentar finalmente uma síntese que se espera seja o primeiro passo para a almejada História dos Açores. Coube-me a mim avançar para a escrita da parte referente à administração das ilhas, com base nas estruturas e nas instituições, que ao longo de mais de três séculos aí se estabeleceram.

Não foi sem alguma surpresa, ainda que esse assunto várias vezes tenha sido levantado, que deparei com a confusão e as generalizações sucessivamente feitas, que em nada ajudam a compreensão de um fenómeno tão complexo como é a diversidade das soluções administrativas ultramarinas e o experimentalismo que as caracteriza, não havendo de forma alguma uniformização, pelo menos no período inicial.

Um dos casos menos estudado e onde o pouco cuidado analítico mais se tem feito sentir é o das ilhas das Flores e Corvo, por haver a tendência de igualizar a sua administração ao processo decorrido nas

restantes ilhas açorianas. Mesmo aqueles que se aperceberam da sua individualidade não se preocuparam com uma análise pormenorizada. Aliás, as imprecisões e confusões remontam aos cronistas, sendo as mais surpreendentes aquelas que Frei Diogo das Chagas, nos transmitiu no Espelho Cristalino, pois este historiador era das Flores e aí viveu longo tempo, surpreendendo a sua pouca informação sobre a situação de facto. Todos eles, porém, demonstram desconhecer a documentação que fundamenta a real situação jurídica dessas ilhas.

Mostram desconhecer a documentação que fundamenta a real situação jurídica dessas ilhas.

Contudo, conhecemos hoje um importante corpus documental que, apesar de algumas lacunas, nos permite traçar um quadro apoiado em provas documentais para o evoluir do percurso político administrativo das duas ilhas.

Descobertas por Diogo de Teive, em 1452, segundo a cronologia hoje mais comunmente aceite, o primeiro documento sobre a sua administração é uma carta régia de 20 de Janeiro de 1453, de Afonso V, que entrega a ilha do Corvo a D. Afonso, Duque de Bragança e Conde de Barcelos. Muito se tem especulado sobre o significado dessa doação, com os costumados privilégios e transmissão de poderes soberanos ao dito duque, pela insignificância, mesmo admitindo que se tratava das Flores e do Corvo como ilhéu. Seja como for, pode-se admitir que era

um exercício de habilidade diplomática com o propósito de assinalar a soberania portuguesa num espaço recém-descoberto e delemítico do avanço no Atlântico em profundidade o que não veio a ter efeitos práticos na ocupação.

Não sabemos como nem quando, as duas ilhas agora já individualizadas, mas não claramente incluídas no arquipélago, passaram à donataria do Infante D. Henrique, pois aparecem no seu surpreendente segundo testamento de Setembro de 1440 naquele grupo que é doado ao Rei D. Afonso V. Sabemos que este 2º testamento que quase deseritava o filho adoptivo, o infante D. Fernando, dividia as ilhas açorianas em três grupos. S. Miguel e Santa Maria doadas à Ordem de Cristo, Terceira e Graciosa ao infante D. Fernando e as restantes, em que as ilhas ocidentais surgem com o nome de S. Tomás e Santa Iria, ao rei. Contudo, este, logo quase de seguida, mas depois da morte de D. Henrique, por carta de 3 de Dezembro desse ano, transmite a donataria de todas as ilhas que haviam pertencido ao velho infante, ao irmão, D. Fernando, reabilitando-o assim. Não se justifica, por agora, demorarmos no significado político e na exploração destes actos. Basta que se diga que a dinâmica administração fernandina não chegou às duas ilhas ocidentais que continuaram desertas e desaproveitadas.

Em 1475, uma carta régia de 28 de Janeiro, de D. Afonso V, refere as ilhas Flores e Corvo, mas abre

INVESTIGADOR APRESENTA-SE

Elisabete Pinto

à “situação dos arquivos”. Porque **“há fundos que não estão recolhidos ou estão muito desorganizados, o que dificulta o seu acesso”**. Um problema e um desafio para quem se dedica à investigação histórica.

Embora tenha cessado a ligação à política activa, a aposen-

tação não esmoreceu o ânimo do investigador que está a trabalhar num **“velho projecto”** da História dos Açores. É um desafio que o levou a **“desviar os interesses para outras áreas cronológicas, estando empenhado em fazer uma sistematização e um levantamento de bibliografia da história dos**

Açores da Idade Moderna, entre o século XV e o século XVII”. Ao mesmo tempo, tem procurado aprofundar os conhecimentos da história política e institucional açoriana do século XIX, onde tem colaborado com a Universidade dos Açores, na História da Expansão e do Direito Regional. •

As particularidades das Flores e do Corvo na história açoriana

uma série de questões políticas e administrativas. A carta em questão é uma doação a Fernão Teles, do conselho régio e governador da casa da princesa, em pagamento dos seus serviços, de ilhas que os seus navios viessem a descobrir no mar Atlântico excluindo aquelas nas partes da Guiné. Nessa carta davam-se latíssimos privilégios tanto ao novo senhor, como aos eventuais povoadores dessas ilhas hipotéticas.

Para além dessas incluíam-se as ilhas chamadas “das Flores que pouco ha que achara Diogo de Teive, e João de Teive seu filho, e elle dito Fernão Telles ora houve por um contrato que fez com o dito João de Teive filho do dito Diogo de Teive”.

Começam a surgir as dificuldades e incertezas. A primeira, já muito explorada, prende-se com a cronologia da descoberta, pois a expressão “que pouco ha que achara” dificilmente se coaduna com a data de 1452. A outra, que não vejo referida em nenhum historiador ou sequer nos cronistas, é o facto das ilhas pertencerem a João de Teive, que as herdara de seu pai. Qual o título de posse? Como vimos, elas pertenciam à donataria dos infantes (D. Henrique primeiro, D. Fernando depois) e logicamente só por estes poderiam, em condições normais, terem sido entregues a Diogo de Teive. Podemos mesmo deduzir que o seriam em forma de capitania, mas nenhum documento lhe chama capitão, nem se conhece qualquer indício que as Flores e o Corvo tenham sido uma capitania. Além disso, a carta de 1475, que confirma o contrato entre Fernão Teles e João de Teive, não alude a qualquer intervenção do donatário, o duque de Viseu, herdeiro do infante D. Fernando e nessa data tutelado por menoridade por sua mãe a infanta D. Beatriz, uma habilidosíssima administradora. A explicação que esta venda das ilhas por João de Teive a Fernão Teles era

um acordo político entre D. Beatriz e o Príncipe D. João (o futuro D. João II) já com a responsabilidade das questões de expansão e que tinha por fim estabelecer nas ilhas ocidentais uma base para a exploração do Atlântico e descoberta de ilhas resolve somente uma parte das dificuldades. Explica, é verdade, e torna inteligível, o negócio entre Teive e Teles, mas não explica as dúvidas sobre a real situação jurídica da posse por Diogo e João de Teive



das ilhas e o fim da sua inclusão na donataria da Casa de Viseu.

Ora, sabemos que a iniciativa da exploração atlântica, que aparece clara na doação a Fernão Teles, não teve sequência devido possivelmente à morte deste e que sua viúva, D. Maria de Vilhena, administradora dos bens do casal na menoridade do seu filho, Rui Teles, mantinha o senhorio das Flores e Corvo e teria mesmo tentado o povoamento daquela primeira com o flamengo Guilherme da Silveira, mas sem êxito. Em data incerta, decidiu-se pela venda das ilhas, que lhe surgiram mais como um contrapeso sem proveito, a João da Fonseca. O que conhecemos é a confirmação dessa venda, por carta régia de D. Manuel, já rei, em 1 de Março de 1504.

Façamos uma pausa para recapitulação das certezas e incertezas. Descobertas em 1452 foram doadas a D. Afonso duque de Bragança, pelo rei, no ano seguinte. Passaram, não sabemos quando, à donataria do infante D. Henrique e deste, por ínvios caminhos, mas também por doação régia, ao infante D. Fernando, em 1460. Em 1475, fo-

ram vendidas por João de Teive a Fernão Teles, venda essa confirmada pelo rei, mas sem qualquer alusão ao donatário, o duque de Viseu, filho e herdeiro de D. Fernando. Fica-nos a incerteza ou ignorância de qual o título de propriedade dos Teive, Diogo e João e quando teriam as ilhas referentes e em que condições, deixado de pertencer à donataria da Casa de Viseu. Com a morte de D. Fernando, que não resta dúvida foi donatário de ambas, terão ain-

da passado aos filhos, D. João e D. Diogo, sucessivamente herdeiros tutelados por D. Beatriz?

O que sabemos é que já não pertenciam a donataria refeita a partir de 1486 por D. Manuel, duque de Beja, irmão do duque de Viseu, D. Diogo, o das traições, justificado por D. João II. Quando aquele ascendeu ao trono, em 1495, e assim acabou o regime de donataria, passando as ilhas à Coroa, as das Flores e Corvo já não eram parte dessa donataria, mas sim um senhorio sucessivamente confirmado pelo poder régio até 1750, quando a casa do duque de Aveiro, onde haviam sido incorporadas, foi confiscada.

No meio destas certezas e incertezas uma coisa realça, ou seja, a clara consciência por parte da Coroa da necessidade da ocupação efectiva dessas ilhas ocidentais devido à sua posição geográfica, quer como terra de fronteira no Atlântico norte, quer, mais tarde, como local de chegada de naus que faziam a volta de regresso do Atlântico Sul. Além dessa consciência a real dificuldade em concretizar a ocupação, o que justifica por um lado o desmembramento da donataria e

As particularidades das Flores e do Corvo na história açoriana

a entrega a um Senhor que as pudesse aproveitar, transferindo-se-lhe também privilégios assinaláveis que facilitassem a tarefa. Apesar disso, todas as tentativas de povoamento e colonização se tornaram infrutíferas mesmo aquela de D. Maria de Vilhena feita com o flamengo Silveira e seus companheiros. Sabemos até que em 1507 continuavam desertas, segundo o testamento de Valentim Fernandes.

Assim, o povoamento efectivo irá começar com a transmissão do senhorio das ilhas, de novo por venda confirmada por carta régia de 1504, já referida. O novo senhor das ilhas, João da Fonseca, contudo, parece não ter conseguido também ele levar a tarefa a bom porto e acreditar na Crónica de Diogo das Chagas, foi seu filho e herdeiro, Pedro da Fonseca, quem conseguiu concretizar a façanha.

Mas aqui de novo existem incertezas e erros manifestos. A cronologia não era o forte dos cronistas, que pareciam ora ignorá-la, ora desprezá-la e por isso não bate muito certo a carta da confirmação da sucessão de Pedro da Fonseca, datada de 6 de Agosto de 1528 com a informação que fora ele como capitão, o primeiro, que a tinha povoado, para mais compaginando-se essa notícia com as informações documentadas que em 1515 já existia uma vila, a das Lages.

Há aqui, desentendimentos, confusões e sobreposições, pois sabemos ao certo que Pedro da Fonseca nem foi capitão, nem tão pouco o primeiro, nem sequer o povoador inicial. Como explicar isto?

Quanto a ser capitão, compreende-se a imprecisão de linguagem do cronista, pois, no século XVII, até mesmo nas Chancelarias Régias, havia o costume de confundir donatário com capitão. Assim, Chagas limitou-se a usar a linguagem corrente, sem mais crítica. Mais tarde, António Cordeiro, irá ser mais preciso e crítico indignando-se com o facto dos capitães se comportarem como senhores das ilhas, que

não eram.

Quanto a Pedro da Fonseca ser o povoador, isso é bem possível que assim fosse e que tenha sido ele, em vida do pai, o senhor efectivo, a tomar o comando das operações e a vir às ilhas, acompanhado dos primeiros povoadores idos da Terceira. “Alguns nobres povoadores”, como lhes chama Diogo das Chagas. Sabemos até o nome de muitos deles, mas isso agora não interessa.

Pedro da Fonseca, pois, em data incerta, mas aí pelo meio da primeira década do século XVI, ou final da anterior, estabeleceu a colónia nas Flores e regressou ao Continente, deixando, diz o cronista, como lugar tenente, capitão mor e ouvidor e ainda como sesmeiro das dadas a Gomes Dias Rodvalho (um dos tais nobres povoadores), numa clara concentração de poderes delegados. Estava finalmente iniciada a ocupação efectiva da ilha, no sistema clássico que havia sido usado nas outras, mas que nesta só com grande persistência se conseguia efectivar.

Pedro da Fonseca procedia realmente como senhor donatário e seria o único a presidir pessoalmente ao povoamento. Teria sido mesmo essa sua determinação que o levou ao êxito.

Contudo, sabemos até um pouco mais de como se processou o povoamento. Acontece que morto Pedro da Fonseca seu filho João antes de tirar a carta de confirmação do senhorio das Flores e Corvo, faleceu, ficando, entendia a Chancelaria Régia, vago o senhorio e podendo o rei dispor dele. Assim o fez D. João III, que o entregou a Gonçalo de Sousa, também filho, mas segundo, de Pedro Fonseca e como tal sem direito a sucessão. Confirmou-o por carta de 12 de Janeiro de 1548 no senhorio das Flores e Corvo, mas já anteriormente lhe havia feito, em pagamento dos serviços na Índia, de seu tio materno, Manuel de Sousa, morto sem herdeiros, mercê do senhorio da ilha de Santo Antão, em Cabo Verde. Veremos a importância política destas duas doações.

Gonçalo de Sousa é uma figura central do povoamento das Flores e do Corvo, ainda que as crónicas sejam lacónicas ou omissas sobre ele. Mas a documentação é clara; Gonçalo de Sousa foi o homem da mão de D. João III para a consolidação da ocupação efectiva das duas ilhas, cada vez mais importantes no sistema de navegação no Atlântico e absolutamente imprescindíveis como terra de fronteira e lugar de reunião das frotas. Por isso mesmo também lugar de pirataria e de guerra entre o monopólio ultramarino defendido pelos peninsulares e o direito ao livre comércio defendido pela França e Inglaterra. Diogo das Chagas chama esse período “a perseguição” que durou quarenta anos naquelas ilhas. Perseguição dos hereges aos bons católicos, queria certamente dizer, com um rol de ataques a terra e queima de igrejas.

A esse de Gonçalo de Sousa foi entregue na prática todo o poder e é por isso que se junta aos privilegiados constantes das cartas manuais, o de ser Comendador das referidas ilhas e como tal arrecadador dos dízimos que teoricamente, se destinavam a pagar a estrutura eclesiástica. O Comendador recebia os dízimos e com eles, ou melhor dito, com parte deles, pagava o pessoal e os edificios religiosos, servindo-se do restante como renda própria.

É já D. Sebastião, por carta de Janeiro de 1566, que confirma esta situação, mas aí se diz claramente que Gonçalo de Sousa, frei de Cristo, já era de facto Comendador das ilhas, ainda que sem carta do rei na sua qualidade de governador e administrador da Ordem.

Assim fica bem clara a orientação régia para consolidar a presença efectiva nas ilhas, mas com apoio da iniciativa privada e pouco gasto da Fazenda Real, coisa só conseguida com acumulação de privilégios e prebendas pagas, obviamente, pela população.

Quando faleceu Gonçalo de Sousa, seu herdeiro, nos finais do

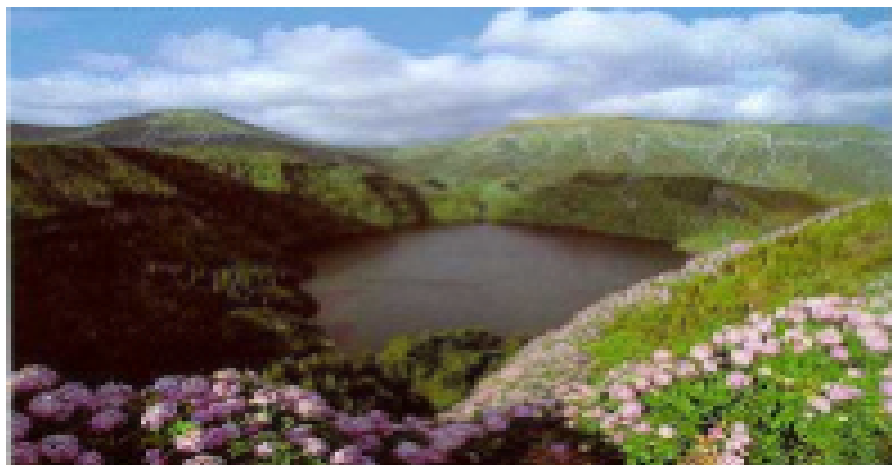
As particularidades das Flores e do Corvo na história açoriana

século XVI, o senhorio foi dado de novo como vago e dele feito mercê, agora já por Filipe I, a um novo senhor, mas dentro das novas orientações dos Austrias, que entregaram os senhorios e as capitánias insulares a validos régios titulados. As Flores e Corvo passam a condado feito na pessoa de D. Fernando de Mascarenhas, Conde de Santa Cruz, por carta de 7 de Setembro de 1593, quando a batalha da ocupação e colonização das ilhas estava ganha.

Mas a viúva de Gonçalo de Sousa, D. Beatriz de Távora, não contestando a doação do senhorio, que sabia ter ficado vago por falta de sucessão, não se conformou por não lhe serem pagos os benefícios efectuados e as propriedades privadas nas ilhas e por isso intenta uma demanda contra o novo senhor nos tribunais. É uma demanda muito importante para os nossos propósitos pois nela diz que os FONSECAS (João, Pedro e Gonçalo) fizeram muitas benfeitorias úteis e necessárias nas ilhas e iniciaram o povoamento. Explica mesmo como efectuaram o povoamento das Flores e a estratégia usada, dividindo a ilha, que era de difícil deslocação interna, em três zonas onde estabeleceram três povoações, duas delas vilas (Lages e Santa Cruz) e a outra aldeia (Ponta Delgada) servindo as três de bases à exploração. Fundaram três igrejas, aqui, acrescentamos nós, actuavam como comendadores e associavam-se mesmo à exploração económica, comprando terras, plantando pastel e semeando trigo e como senhores construindo moinhos. Era dos benefícios como particulares que pedia indemnização, direito que lhe foi reconhecido.

Até aqui temos falado do povoamento da ilha das Flores, que com mais ou menos imprecisões registadas pelos cronistas, não andam as histórias daquela e das outras em documentos muito disparres, mas o mesmo não se pode dizer da vizinha ilha, ou ilhéu como quase sempre é tratado o Corvo.

Sobre esse, diz Chagas, que a primeira tentativa de povoamento e exploração teria sido levada a cabo por Antão Vaz, um outro dos tão nobres povoadores idos da Terceira e que o rei D. Manuel lhe havia dado “não como capitania mas em dote livre para ele, sem mais obrigação que lhe pagarem seus dízimos”. Ora isto não pode ter sido assim, porque toda a documentação régia é bem clara e inclui como senhorio sucessivamente confirmada aos Teles, aos FONSECAS e aos Mascarenhas, as duas ilhas. Seja como for, Antão Vaz falhou e desistiu da empresa deixando o Corvo deserto por impossibilidade de conseguir quem o quisesse culti-



var. Foi então Gonçalo de Sousa quem meteu ombros à empresa e creio que é bem significativa esta iniciativa do novo Senhor, porque, no Reinado de D. João III era absolutamente imperioso ocupar o Corvo, que corria o risco de se tornar covil de piratas.

Gonçalo de Sousa usou dos seus recursos ultramarinos para conseguir o êxito dessa ocupação e compreendendo a impossibilidade de fazer o povoamento com colonos livres, por não os haver disponíveis o que já tinha levado à falta de êxito de Antão Vaz, fez deslocar para o ilhéu escravos, que obviamente, frisaremos nós, fez trazer da sua ilha de Santo Antão em Cabo Verde e com eles, ufanava-se D. Beatriz de Távora, povoou a ilha, por serem lavradores e oficiais de vários ofici-

os. Para eles fizeram os FONSECAS, casas, um granel em que se fazia pastel, um moinho e uma igreja (mais uma vez aqui como Comendador) e exploraram directamente as terras, com pastel, trigo e gado. Não houve dados, como fica bem claro, pois foram os senhores que exploraram a ilha, transformada assim de senhorio em propriedade privada, pela qual pedia a queixosa indemnização.

Era uma particularidade que transformava a ilha mais pequena dos Açores numa propriedade única directamente explorada pelo senhor da ilha, com mão de obra escrava, coisa inexistente nas outras, onde os capitães também tinham

propriedades, é certo, e as exploravam, mas em competição com os terratenentes.

Podemos concluir, nestes brevíssimos apontamentos, que se levantam incertezas mas, creio bem, também se abrem perspectivas de nova interpretação de uma história esquecida e sucessivamente deturpada das ilhas ocidentais dos Açores. Por serem mais isoladas, em condições físicas muito desfavoráveis, mas por se mostrarem decisivas para a política atlântica foi necessário encontrar formas especialíssimas de ocupação, fazendo nelas uma experiência curiosa de povoamento, com particularismos que despertam o maior interesse. A ocupação e o povoamento fez-se tardiamente, com enormes dificuldades que tornaram as primeiras tentativas em falhanços sucessivos e mes-

Abertura dos cursos de Património e Turismo no pólo de Azurém da UM Profissionais mais qualificados

Quarenta alunos estão a frequentar os cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo. Trata-se de um projecto de ensino que pretende melhorar a oferta profissional num sector em franco desenvolvimento. A sessão solene de abertura decorreu no Campus de Azurém da Universidade do Minho, no passado dia 4 de Março.

O Norte de Portugal tem potencialidades turísticas por explorar. A ideia foi defendida pelo Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte durante a sessão de abertura dos Cursos de Mestrado e Especialização em Turismo e Património, na Universidade do Minho.

Ao avaliar os resultados das iniciativas de desenvolvimento turístico implementadas na área de intervenção da CCRN, Braga da Cruz considerou que os efeitos são sempre **“progressivos”**, não sendo passíveis de uma quantificação imediata.

Perante os alunos admitidos à frequência destes novos projectos de ensino, o responsável realçou que **“o produto turístico que o Norte de Portugal oferece é mais específico”** do que aquele que caracteriza, por exemplo, o Algarve. **“É sempre um composto, um conjunto muito variado de diferentes recursos, sendo preciso actuar em todos eles simultaneamente”**, in-

dicou Braga da Cruz. Por essa razão, os resultados das acções de promoção são sempre lentos, **“não dependem de um golpe de génio, mas sim de muita persistência”**. Atendendo à oferta existente, o que motiva as pessoas a passar férias no Norte de Portugal é a possibilidade de **“descobrir os sinais da nossa identidade”**.

Num território com tanta diversidade cultural, onde **“em cada 30 Km quase tudo muda”**, de acordo com o Presidente da CCRN, **“os Centros Históricos têm que estar cuidados”**, mas os turistas também procuram as paisagens naturais humanizadas, os símbolos de afirmação da cultura do passado. Para

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

José Guilherme Reis Leite

As particularidades das Flores e do Corvo na história açoriana

mo quando se conseguiu iniciá-lo foi muito vagaroso e à custa de concentração de poderes e privilégios senhoriais, numa época em que no resto do arquipélago o povoamento já estava em pleno desenvolvimento e consolidado o poder régio com intervenção cada vez mais firme. Nas Flores e no Corvo, ainda nos finais do século XVII, dizia Cordeiro, nunca fora um Corregedor. Anteriormente Diogo das Chagas insurgia-se com a tolerância dos bispos para com a falta de cumprimento dos deveres dos comendadores que gastavam em proveito próprio os dízimos que deviam usar na estruturação eclesiástica, fazendo perigar as almas.

O povoamento das Flores avançava assim com enorme dificuldade e ao findar o século XVI o número de habitantes depois de tantos esforços, tendo por base o cálculo de Fructuoso, não excedia em muitos os 600, quando nas restantes ilhas, com dimensão paralela, atingia mais 2 500. Só no final do século seguinte as Flores se aproximaria da população das suas irmãs, mas sendo sempre a menos habitada. O próprio Gaspar Fructuoso, sempre hiperbólico na excelência dos lugares, afirma que a vila de Santa Cruz das Flores, a principal, com os seus 120 fo-

gos, a sua matriz, mais três ermidas e nobreza, sendo muito chã e bem arrumada só tinha casas de palha.

O Corvo, esse, enfrentava ainda maiores dificuldades e fora necessário recorrer a mão de obra escrava, para se conseguir a ocupação efectiva e imprescindível. No final do século XVI contava unicamente com 80 pessoas e passado um século não ia além de 478.

Mas é bom atender ao título deste escrito, apontamentos de investigação, que não são outra coisa estas notas, as quais pretendem chamar a atenção para a necessidade de rever os muitos lugares comuns que se fixaram na história das ilhas. Para isso, às vezes, basta atentar nos documentos publicados mas não aproveitados, porque a história insular necessita de reflexão e interpretação, para a tornar inteligível. •

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Manuel Monteiro Valho, *Colecção de Documentos relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores, precedido de um ensaio crítico pelo mesmo*. P. D., Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2ª ed., 1977.
- CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho Cristalino um Jardim de várias Flores*. Ed. dirigida por Artur Teodoro de Matos, P. D., Universidade dos Açores,

- 1989.
- CORDEIRO; António, *História Insular*, Lx, 2ª ed, II Volume, 1886.
- DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores, servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Ed. e estudo introdutório de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.
- FRUCTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ed. de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, P. D., Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978.
- GOMES, Francisco António Nunes Pimentel, *A ilha das Flores: da descoberta à actualidade (subsídios para a sua História)*, Ed. Câmara Municipal das Lages, 1997.
- Nota: No apêndice documental transcrevem-se todos os documentos aqui citados, o que facilita a consulta.
- MADEIRA, Artur Boavida, *População e Emigração nos Açores (1766 – 1820)*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1999.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *A Expansão Quatrocentista*, Vol. II da Nova História da Expansão, Lx, Ed. Estampa, 1999.
- RILEY, Carlos Guilherme, *Uma fronteira ocidental. As Flores e o Corvo no contexto das rotas atlânticas*, in Boletim do Núcleo Cultural da Horta, Vol. XI, 1993 – 95, pp. 87-124.

Abertura dos cursos de Património e Turismo no pólo de Azurém da UM

que a valorização deste património seja rentabilizada torna-se imperioso **“dar coesão”** aos valores existentes, porque **“o perfil do turista que procura o Norte de Portugal não é aquele que procura apenas sol para a praia”**. Braga da Cruz sublinhou a importância de existirem **“interlocutores cultos e informados e que saibam transmitir as razões da nossa identidade”**.

Num momento marcante para a formação de novos profissionais do turismo, o Presidente da CCRN defendeu o investimento na qualificação profissional não só dos quadros superiores, mas acima de tudo dos potenciais agentes turísticos, **“o proprietário do café ou do restaurante que muitas vezes não sabem receber o turista”**.

Com uma opinião não muito divergente, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães lembrou que o que leva os turistas a voltar e a recomendar determinada paragem depende muito de factores como **“o acolhimento e a receptividade”** manifestadas pelos autóctones. **“O turismo de qualidade não se consegue apenas com excelentes equipamentos”**, considerou António Magalhães, ao deixar transparecer um certo regozijo pelos indicadores recolhidos pela Zona

de Turismo de Guimarães diagnosticarem boas expectativas para a oferta concelhia.

Num município onde a crise do sector têxtil obriga à procura de novas potencialidades económicas, o autarca apontou o turismo como sendo uma **“indústria emergente”** capaz de catalizar riqueza e gerar novas saídas profissionais. Nesse sentido, afirmou que **“em boa hora surgiram os cursos de mestrado e especialização em património e turismo”**, numa altura em que Guimarães está empenhada na obtenção da distinção como Património Mundial pela UNESCO.

Profundamente esperançado na atribuição do galardão no final de 2001, António Magalhães não deixou de referir que esse estatuto vai acarretar uma nova responsabilidade, porque depois **“serão muitos mais aqueles que vão visitar a Cidade-Berço”**, sendo preciso dispor de uma oferta adequada a solucionar outras exigências.

A necessidade de melhorar a oferta através da qualificação profissional foi também o tema que atravessou o discurso do Presidente da Associação para o Desenvolvimento do Turismo no Norte de Portugal. Justificando a necessidade de **“empacotar”** a oferta turísti-

ca existente nesta zona do país através da criação de uma imagem conciliadora, Jorge Osório defendeu a necessidade de revogação da legislação que estrangula a contratação de quadros especializados em património e turismo pelas autarquias e outras entidades estatais. Este constrangimento impede muitas vezes a diversificação da oferta e proporciona o desconhecimento das realidades concelhias. No seu entender, a criação de roteiros e itinerários turísticos poderá ajudar a suprimir lacunas existentes na promoção que é feita sobre as mais valias de determinado território.

Relativamente ao aproveitamento das potencialidades turísticas dos elementos caracterizadores de uma região, a intervenção do Director do Museu de Ribadavia, na Galiza, forneceu um importante contributo para a compreensão da valorização patrimonial que certos objectos tradicionais podem conceder à musealização de um sítio ou lugar. Como sustentou Xosé Rodríguez, **“o restauro de um espigueiro”** pode consubstanciar a riqueza cultural de uma aldeia histórica, porque a sua presença é portadora da memória dos costumes e tradições de um povo. • E.P.

Intervenção da Coordenadora do Neps na sessão de abertura dos novos cursos

Apenas umas curtas palavras para saudar os presentes, agradecer a presença de todos e historiar o surgimento deste projecto na Universidade do Minho, falando das nossas expectativas de partida.

Há cerca de doze anos, numa altura em que assumia a responsabilidade de Direcção do Departamento de História, tive consciência de que a Universidade não podia alhear-se do acompanhamento na formação contínua dos diferentes profissionais que a mesma universidade gradua. Senti então como minha obrigação de

responsável de um Departamento investir na preparação de cursos de Mestrado (os primeiros do Instituto de Ciências Sociais) que me pareciam responder a solicitações do meio e do tempo que se vivia. Para mim, como estudiosa da Demografia Histórica, com produção científica então já reconhecida, não foi muito difícil promover um Mestrado em História das Populações (hoje na sexta edição), Mestrado colocado por opção da Reitoria no Pólo de Guimarães da Universidade do Minho. No entanto, a minha proposta nessa altura não foi apenas de um curso em

que assumiria predominantemente a responsabilidade científica. A aplicação na micro-história havia-me sensibilizado para os valores patrimoniais e desenvolvi paralelamente uma proposta de um curso de Mestrado em Património Cultural, proposta que não chegou a ultrapassar o Conselho Científico da Escola. Alguns anos depois, insistindo, foi aprovado no Instituto de Ciências Sociais um projecto de licenciatura na mesma área, projecto que não chegou a ultrapassar o Conselho Académico da Universidade. Apesar dessas dificuldades não aban-

Intervenção da Coordenadora do Neps

donei a ideia da necessidade de uma investigação científica consciente e deliberadamente aplicada sobre o Património em amplo espectro, mas era difícil levar de vencida um tal projecto movimentando-me numa especialidade não directamente conotada com os sectores patrimoniais mais representativos. Foi então que veio ao meu encontro o Doutor Sande Lemos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. A ele se deve verdadeiramente o trabalho base nas propostas que tiveram sucesso e conduziram aos Cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo que hoje iniciámos. As sensibilidades entretanto haviam mudado e recebemos o apoio de outros colegas historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, das ciências da comunicação e informática. Partimos ainda com outras vantagens decorrentes da nossa inserção em Guimarães, certamente a cidade portuguesa mais conhecida pelo esforço conseguido de enquadrar os seus valores patrimoniais no quotidiano das suas gentes.

Apesar dessas vantagens de partida, do valor do corpo docente envolvido, sentimos as dificuldades de uma afirmação forte como acontece com o projecto da História das Populações. De facto à volta da História das Populações um grupo de quase uma centena de investigadores de boa vontade reúnem-se neste pólo num Núcleo de Estudos (o NEPS) que já firmou contrato com a Fundação para a Ciência e Tecnologia e que sustenta protocolos com autarquias, grupo que participa em Congressos, publica livros e artigos em revistas nacionais e internacionais e se aproxima através de um Boletim bimensal e de Jornadas anuais.

Será possível que à volta dos

Cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo se encontre dinâmica similar? Estou certa que há condições para que tal aconteça. O segredo do sucesso estará certamente na esforçada aplicação científica nos diferentes sectores sem perder a capacidade de articulação entre os mesmos e sem perder o diálogo com o meio envolvente. A importância do investimento científico mesmo em sectores supostamente arredados do consumo de massas, como é o caso da História das Populações em que me movimento, vem sendo confirmada pela adesão apaixonada das gentes à identificação dos seus valores patrimoniais, quer sejam espaços construídos, tradições ou genealogias. A palavra identificação é de facto uma palavra chave neste contexto. Identificação significa acompanhamento de percursos, de gentes e das suas construções. Pela investigação científica podemos permitir às pessoas leituras adequadas das expressões patrimoniais envolventes, com maior possibilidade de captar a sua adesão para a preservação e valorização dessas mesmas expressões. As leituras que pretendemos propor em História das Populações explorando o Património documental, decorrerão em paralelo com as leituras dos colegas arqueólogos sobre Territórios e Ruínas, dos historiadores de Arte e arquitectos sobre Centros Históricos, Património Monumental e Bens Artísticos, dos antropólogos sobre património etnológico. Essa aplicação científica de fundo num projecto como este supõe necessariamente a articulação dos seus resultados com estruturas adequadas de preservação e gestão patrimonial, quer sejam Museus e Centros de Interpretação, quer sejam Parques e Itinerários Culturais e supõe

igualmente o conhecimento dos mercados turísticos e formas actualizadas de interferir nesses mercados.

A complexidade dessas tarefas consideradas isoladamente e na sua interpenetração necessita de uma ligação muito estreita entre a Universidade, as instituições responsáveis pelo Património e Coordenação de recursos no sector e os operadores que actuam no terreno. Estamos dispostos a não abandonar essa via de diálogo que parece promissora neste encontro. A presença do Sr. Braga da Cruz, Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, do Sr. António Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Sr. Jorge Osório, Presidente da Associação Para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte, e ao Sr. Xosé Carlos Sierra Rodriguez, Director do Museo Etnolóxico de Ribadavia, na Galiza.

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães é certamente um importante indicador de que as instituições esperam da Universidade uma resposta adequada às necessidades de aplicação científica no sector. Procuraremos corresponder a essa expectativa, esperando que o diálogo se aprofunde a bem de uma tomada de consciência da força atractiva dos nossos valores patrimoniais, dessa identificação dos portugueses com o espaço em que nasceram e que se afirma pela diferença.

Estou em crer que a Universidade do Minho dá um passo no caminho da sua afirmação científica e interventora na sociedade que serve. As nossas esperanças concentram-se nestes alunos que hoje acolhemos com tanto agrado. Sejam bem vindos! •

Maria Norberta Amorim

A valorización turística do Patrimonio cultural observada desde a Galiza

Na sesión solene de abertura dos novos cursos de patrimonio e Turismo, Xosé Sierra Rodríguez, Director do Museo Etnolóxico de Ribadavia falou sobre a problemática da valorización turística do patrimonio cultural. Aquí fica o resumo da súa intervención.

A estimación do patrimonio cultural como un passivo que se pode activar para un uso e aproveitamento turístico é unha cousa compartida. Todos – poderes, empresas e poboación – defenden esta posición e consideran que o patrimonio cultural é un elemento a mobilizar para darlle viabilidade ás iniciativas turísticas.

Pero as iniciativas turísticas e as accións sociais, políticas e culturais orientadas a integrar os bens culturais dentro de programas e estratexias turísticas conlevan a presenza e o compromiso de moitos factores e de moitos axentes sociais. A antropoloxía turística (ou a mirada antropolóxica sobre turismo) mostra a complexidade do fenómeno, que move e contrapón a grupos, territorios, persoas e intereses. Porque a dinamización turística e a activación de elementos patrimoniais derivada das necesidades e obxectivos das diferentes iniciativas turísticas chegan, en moitos casos, a producir conflitos e diverxencias baixo os que frolecen as contradicións propias de toda comunidade social.

A activación do patrimonio cultural como necesidade do Sistema Turístico (ST) relaciona moitas variables entre as que destacan: o territorio, a organización social e política das comunidades, a dependencia económica (do) exterior do territorio, os axentes promotores (das iniciati-

vas turísticas) internos externos, os intereses e os valores dos anfitrións potenciais (do movemento turístico), dos visitantes potenciais e dos operadores turísticos e, finalmente, o equilibrio-desequilibrio existente entre a comunidade local e a sociedade maior (esta nos diferentes niveis e dimensións).

Toda a análise realizada desde a socioloxía, a antropoloxía ou a historia e, naturalmente, desde a etnomuseoloxía e a perspectiva etnopatrimonial reflicten o conflito que subxace ao fenómeno universal do turismo: a tensión entre o local e o global, que obdece ás distancias e asimetrías entre o discurso da mundialización (e a ideoloxía globalista) e a lectura construída no espazo local. O patrimonio cultural local é sentido e significado dentro duns parámetros identitarios que non son equivalentes á re-significación (ou semantización) que dese mesmo patrimonio local realiza o discurso turístico “globalizado”.

Na Galiza este fenómeno é perceptible para calquera analista atento e o discurso do globalismo interfere de maneira continua o discurso (moitas veces oculto da comunidade local. O turismo como fenómeno foise articulando nos últimos anos a tra-

vés dunha acro-referencia cultural na que se diluen outros tópicos e estereotipos manexados con anterioridade. A interdependencia das instancias políticas e a procura obsesiva de recursos subsidiados por parte das comunidades locais profundiza a paisaxe asimétrica entre o local e o supralocal e os niveis e instancias subalternas reproducen (e demandan) aquilo que conforma a literalidade de mensaxe emitida polos focos emisores da sociedade global e reflectida polas instancias sociopolíticas intermediarias supralocais. A crise demográfica xeral, intensamente acentuada no mundo rural, incrementa o xogo de contradicións emerxentes e constrúe un novo soño, que se vive de forma especular, idealizando – como plataforma de salvación fronte á crise demográfica, o estancamento económico e o subdesenvolvemento territorial – o turismo: topos (lugar) sobre o que medran ilusións e esperanzas de fixación de poboación e creación de novos empregos. Non hai municipio (autarquía) e freguesía na Galiza que non teñan soñado co turismo como saída e o patrimonio xoga aquí un papel esencial como pretexto para procurar calquera fórmula ou alternativa de activación turística. •



Homenagem a Aquilino Ribeiro

De 27 de Junho a 2 de Julho, o Centro Cultura de Paredes de Coura promove uma homenagem a Aquilino Ribeiro. Durante uma semana, a instituição pretende evocar essa figura cimeira da literatura, contribuindo para o progresso dos estudos da vida e obra do escritor

No âmbito desta iniciativa, começa no dia 28 de Junho um Congresso de Estudos Aquilianos, evento que vai reunir destacados investigadores com abordagens dos aspectos literário, antropológico e político, atinentes à intervenção cívica e ao trabalho criativo do escritor. Além da semana gastronómica e da edição de um livro "Retratos para Aquilino", a homenagem conta também com a organização de uma exposição bibliográfica, iconográfica e documental., tendo como objectivo dar a conhecer ao público as facetas

mais salientes de Aquilino Ribeiro. • *E.P.*

I Congresso Português de Demografia

Continuam abertas as inscrições para apresentação de propostas e resumos de comunicações para o I Congresso Português de Demografia, encontro que vai decorrer entre os dias 21 e 23 de Setembro deste ano, em Tróia, subordinado ao tema Estado Actual dos Conhecimentos e Perspectivas. O prazo de apresentação de propostas e inscrição para a participação no evento termina a 30 de Abril. • *E.P.*

Actas do Congresso de Florença La Popolazione Italiana nel seicento

A Sociedade Italiana de Demografia Histórica editou re-

centemente as actas do Congresso de Florença, realizado em 1996. As comunicações agora disponíveis para a comunidade científica foram apresentadas em quatro sessões distintas. A primeira, dedicada à retrospectiva da população italiana no século XVII, painél que contou com a colaboração, entre outros, de Maria Norberta Amorim – *Alguns dados sobre comportamentos demográficos do século XVII em Portugal* – e Vicente Pérez Moreda – *La evolution demográfica española en el siglo XVII*.

De salientar ainda a organização de duas sessões paralelas sobre os "Mecanismos de evolução demográfica no século XVII", uma subordinada à "mortalidade e fecundidade e outra referente à nupcialidade e família". No mesmo congresso realizou-se ainda uma sessão onde esteve em análise a economia do século XVII em Itália. • *E.P.*

Um livro de José da Silva Marinho Élites, eleições e poder em Guimarães (1753 – 1834)

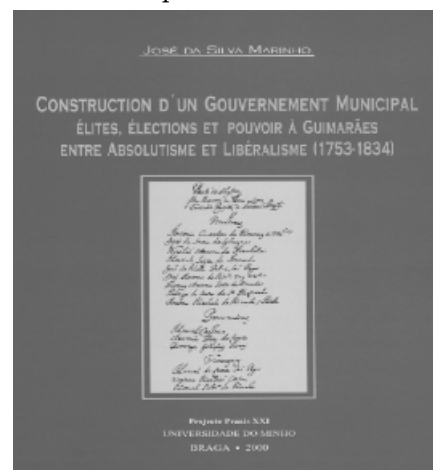
Acaba de ser publicado o livro "Construction d'un Gouvernement Municipal – Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralisme", (1753 – 1834), resultado da investigação protagonizada por José da Silva Marinho, em estreita colaboração com o Projecto Praxis XXI "As Elites do Norte de Portugal na Administração Municipal (1750-1834)". A obra agora publicada é precedida por um estudo prévio sobre *O Sistema eleitoral municipal. Eleições, representação e representatividade social nas instituições locais na Sociedade portuguesa de Antigo Regime*, da autoria de José Viriato Capela.

Ao fazer a contextualização do trabalho de José Marinho da Silva, Viriato Capela assinala que o estudo "sobre o sistema e as práticas eleitorais do município vimaranense entre 1750 – 1834, em grau mais

desenvolvido do que os congéneres anteriores (...) faz-nos uma caracterização muito completa deste processo eleitoral, seus agentes e beneficiários". Este responsável pelo projecto salienta que "os róis de processos eleitorais foram explorados pela primeira vez de um modo muito intenso, permitindo ultrapassar a visão estática e sectorizada do método da sondagem com que normalmente se fazem estes estudos, a permitir avançar para uma análise dos desenvolvimentos dinâmicos e da prática contínua do processo eleitoral".

A partir deste estudo sobre Guimarães, continua Viriato Capela, "à parte certas alterações pontuais é possível fixar e distinguir duas etapas principais separadas entre si por efeito do impacto que a lei de 1790 promove nos dinamismos de afirmação e representação política

e social dos grupos tradicionalmente aspirantes à liderança da vida municipal". • *E.P.*



MARINHO, José da Silva, *Construction d'un gouvernement municipal. Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et libéralisme (1753 – 1834)*, Projecto Praxis XXI, Ed. Universidade do Minho, 2000.

Uma publicação da Câmara de Lajes do Pico e do NEPS

IMAGENS DE MULHERES

de Maria de Jesus Maciel

Acaba de ser lançado o livro *Imagens de Mulheres*, da investigadora Maria de Jesus Maciel, numa edição conjunta da Câmara Municipal de Lajes e do NEPS. Na sessão de lançamento, a apresentação da autora e da obra esteve a cargo do antropólogo Alberto Correia, cuja intervenção a seguir se publica.

O livro *Imagens de Mulheres* traz a chancela de uma tese de Mestrado defendida pela Dr.^a Maria de Jesus Maciel na Universidade Nova de Lisboa, prestigiada e exigente e deste modo o livro se afirma enquanto tal.

A autora é uma açoriana de gema, nascida na ilha do Pico, na freguesia de S. João, de características vivenciais muito fortes onde viveu de menina e moça próximos de um tempo inteiro de cultura popular veiculada pelos mais velhos carregados de saber de que é protótipo a sua inesquecível avó Anastácia.

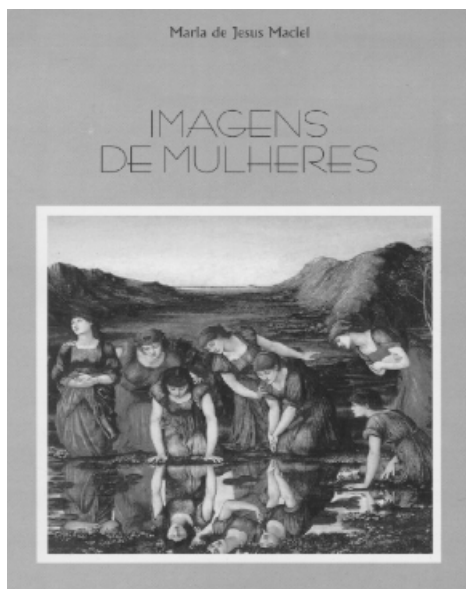
Tem o enorme mérito, a autora e a obra que a reflecte de ter escolhido os Açores, sua terra, como objecto de estudo seleccionando, nesta amálgama cultural, nesta bacia semântica onde tantas culturas desaguaram formando, todavia, uma riquíssima cultura própria, seleccionando aqui as fontes que lhe iriam permitir e a nós através do seu olhar, captar uma *sui generis* imagem de mulher. *Imagens de Mulheres*, título do livro que surge também com a chancela honrosa da Câmara Municipal de Lajes e da Universidade do Minho, responsáveis pela edição, não é uma visão da autora, ainda que seja também a visão da autora. Mas ela é descom-prometida, jamais influenciada por qualquer doutrina, ideologia ou qualquer esgotado feminismo.

Serenamente bebe em duas fontes, desiguais, opostas e complementares os registos que per-

mitem construir uma determinada imagem de mulher açoriana embora não seja, em corpo inteiro o retrato da mulher açoriana.

Uma das fontes de investigação é constituída por um **corpus** de provérbios levantado nos Açores, em seu tempo, onde a autora seleccionou todos aqueles que permitiam construir uma imagem de mulher.

A outra fonte, erudita, literária também, é um conjunto de contos do escritor açoriano padre Dinis da Luz que neles modelou também uma certa imagem de mulher sabiamente reconstruído, desse mosaico de textos, pelo paciente labor da autora.



O propósito da autora era comprovar a **existência** de uma imagem de mulher que os dois tipos de texto pareciam revelar. O livro construído de uma forma didáctica, revelador do exercício de um magistério activo e apurado organiza-se em dois capítulos fundamentais, um deles fazendo a análise dos provérbios outro a desmontagem dos contos para num e noutro encontrar essa imagem de mulher, como se em espelho fosse.

A **conclusão** liberta da autora, o aparelho crítico das notas e da Bibliografia e os Apêndices de fecunda informação, o primeiro

compreendendo todo o **corpus** de provérbios sabiamente classificado, o segundo integrando alguns textos antológicos dos contos do padre Dinis completam esta obra de fecundo interesse e de agradável leitura.

No capítulo I a autora analisa a construção de uma imagem de mulher dada pelos provérbios, expressão codificada da linguagem oral que revela a forma de pensar da sociedade rural tradicional. Resultado de uma observação empírica realizada na longa duração assumir-se-ão como verdades intemporais no seio dessas comunidades onde o seu uso e a eficácia se perdem à medida que uma cultura erudita veiculada pelo livro e hoje por outros meios faz recuar essa outra forma da comunicação e da transmissão de um certo saber.

O seu objectivo nuclear (o dos provérbios) é a compreensão do universo, o entendimento da vida humana fundamentalmente organizada à volta das duas categorias antitéticas, a do Bem e do Mal, bastas vezes traduzidos através do conceito de Deus e do Diabo.

Os 372 provérbios seleccionados reflectem uma imagem de mulher modelada por uma sociedade tradicional de forte marcação masculina, característica facilmente reconhecida no facto de quase todos eles serem colocados na boca dos homens de onde decorre, enquanto tal uma outra característica importante que se traduz nas modalidades linguísticas de negação do seu enunciado: Pode tomar-se como exemplo:

- ♦ Não há formosura sem senão
- ♦ Mulher honesta, nem dança, nem festa
- ♦ Foge da mulher pequenina e da chuva miudinha
- ♦ O homem propõe, Deus dispõe e a mulher descompõe

A tese da autora é assim formulada em termos de que, como ela afirma, há uma visão ecléctica de tonalidade profundamente negativa quanto à origem, natureza e des-

IMAGENS DE MULHERES

tino da mulher dada pelos provérbios.

E a autora, professora exemplar que é também, de uma forma didáctica, vai organizar, um a um o corpus de provérbios que, de forma literal ou metafórica, revelam a mulher enquanto ser pessoal ou enquanto ser social.

O ser pessoal da mulher é olhado pela autora de acordo com três aspectos essenciais:

1.º Um olhar sobre o corpo de mulher que parece sempre encerrar algum mistério. Efêmero na sua beleza, pólo de atracção e de repulsa quando ele se degrada.

Há uma série de ditados que confirma estas asserções:

- ♦ **Moça louçã, cabeça vã**
- ♦ **Não há bela sem senão**
- ♦ **Uma tranca vestida parece gente**
- ♦ **Melão e mulher custoso é de co-nhecer**

Um 2.º aspecto é o de uma longa reflexão sobre o amor entendido como força cega que impele o destino de homem para o acaso, entendido quase sempre sob forma de uma realidade negativa, dolorosa e fatalista.

- ♦ **Quem se aventura a amar, sujei-ta-se a padecer**
- ♦ **Quem casa por casar vive sempre com dor**
- **Amor, mal começo, pior fim**
- ♦ **De amor que não convém nasce o mal e pouco bem**

Um 3.º aspecto representação da mulher considera-a como fonte de malefícios.

- ♦ **Do mar se tira o sal - da mulher o mal**
- ♦ **Guarda-te de mulheres e do mau homem, se poderes**
- ♦ **É livrar do poder da má mulher**

É a demonstração dos atávicos medos do homem para quem a mulher, ser misterioso, facilmente se associa a poderes demoníacos, poderes que pode manobrar em prejuízo deste o que pode revelar-se, por exemplo, na usurparão dos poderes tradicionalmente pertencentes ao homem.

♦ **Mulher que sabe latim, burra que faz him, sai-te para lá meu cavalim**

♦ **Em casa de Gonçalo manda mais a galinha que o galo**

♦ **A homem calado e mulher barbada não dê pousada** (crítica de situações desviantes da mulher)

♦ **A mulher que assobia e galinha que canta corta-se-lhe a garganta**

O homem recusa que a mulher se aproprie dos seus poderes a nível sexual e racional! E defende-se constrói os provérbios - restitui assim uma ordem!...

Estabelecem depois os provérbios algumas coordenadas definitórias do **ser social da mulher** a quem, numa sociedade tradicional, marcadamente masculinizante se estabelece um quadro de funções sociais que não ultrapassam o da geração dos filhos e a responsabilidade fundamental da sua educação, particularmente no acompanhamento das filhas, a participação no trabalho de feição doméstica (tarefas vulgarmente não confiadas ao homem: fiar, cozinhar) por natureza não rentáveis economicamente e por isso mesmo desvalorizadas, confiando-se o seu espaço de sociabilidade à casa e aos campos anexos da fonte ou da igreja, as vezes da rua donde deve voltar cedo!

Como diz o ditado:

- ♦ **A sertã e a mulher na cozinha é que se quer**
- ♦ **Trindades batidas, mulheres recolhidas**

Esta visão negativista da mulher explica-a a autora, defendendo brilhantemente a sua tese através dos seguintes fundamentais argumentos.

O de uma leitura, de uma interpretação masculinizante da Sagrada Escritura que refere a criação de Eva, a primeira Mulher, posteriormente à criação do homem, o que lhe traçou para sempre, como destino, uma posição de sujeição.

Outra ordem de explicações radica na filosofia aristotélica retomada por S. Tomás de Aquino que atribuindo ao homem um papel activo na geração humana generalizava e impunha a ideia de que a mulher é um ser incapaz de autonomia e

independência.

Posições que a igreja, de acordo com a lição dos seus clérigos, homens e celibatários, impôs facilmente desde uma recuada idade média, talvez mesmo desde o tempo dos Doutores da Igreja, como Santo Agostinho cuja autoridade tomaria indiscutível a doutrina.

Ao II Capítulo do livro deu a autora o título de **A mulher, o sexo e o perigo na visão misógina de um clérigo** e outra vez ganha o mérito de realizar um importante estudo sobre uma figura da sua terra, os Açores - a do **padre Dinis da Luz**, clérigo ordenado em 1938 depois de formado no Seminário de Angra do Heroísmo.

Nos contos escritos por este sacerdote procura descortinar uma imagem de mulher, e o retrato que colhe não é, no geral, positivo.

Isto, diz ela, porque o clérigo interiorizou nos longos anos de formação a lição de uma igreja que concebera a mulher à medida de Maria, virgem e mãe, atributos que jamais poderiam identificar-se em qualquer outra mulher que, por esta mesma razão, ficaria sempre imperfeita.

Devido à sua formação o padre Dinis da Luz jamais constrói no texto dos seus contos um corpo completo de mulher e o seu ser pessoal apenas o define em traços impressionistas, como muito bem diz a autora, temendo penetrar-lhe os segredos, receando descobrir-lhe todas as virtualidades porque entendendo o seu corpo apenas povoado de sexualidade se configurava como território demoníaco, permanente tentação, pecado permanente e constante apelo ao pecado a todos os homens que lhe passam em círculo próximo. Afastar-se dela, era necessário.

A autora mostra depois como o padre Dinis valoriza o papel social da mulher quando ela, através do casamento, se cumpre como mãe que após o acto de geração educa filhos e filhas com amor desinteressado e total dedicação de tal modo que quase de si se esquece.

Louva ainda como positivo o

Publicadas as actas do IV Congresso da ADEH

MICRO-ANÁLISE DE LARGA DURAÇÃO

Acabam de ser publicadas as actas do IV Congresso de la Asociación de Demografía Histórica, que, sobre o tema *Pensamiento demográfico, coyuntura e microanálisis*, teve lugar em Bilbao e em S. Sebastian, em Setembro de 1995. No vol. II incluem-se as comunicações apresentadas na sessão *Micro-análise de larga duração*, organizada por Maria Norberta Amorim, que contou com as conferências dos professores Maria Luiza Marcílio, pioneira da investigação em Demografia Histórica na América Latina, e Manuel Ardit Lucas, da Universidade de Valência, e com treze comunicações espontâneas, todas elas de investigadores portugueses.

Na sua apresentação da sessão, Norberta Amorim traça algumas reflexões acerca da condição do historiador demógrafo e da validade do seu trabalho de investigação:

Assumir-se como historiador demógrafo não deixa de implicar uma certa dose de coragem. Primeiro e principalmente pela complexidade da disciplina que exige valências de demógrafo e de historiador, não muito fáceis de dominar. Depois, porque enfrentar a longa rotina de reconstituir famílias e paróquias, rejeitando sínteses apresadas, exige uma grande modéstia científica. Depois, ainda, porque ao fim do seu longo e exigente percurso o historiador demógrafo pode encontrar mais interrogações do que respostas.

Valerá a pena assumirmo-nos como historiadores demógrafos? Valerá a pena a Demografia Histórica valorizar o seu núcleo duro a despeito dos sugestivos campos interdisciplinares que entretanto se vão abrindo? Valerá a pena a tentativa de aliciar jovens investigadores? Ao fim do quarto de século que nós próprias tentamos o tratamento mais adequado das fontes paroquiais, que colhemos resultados que não batem certo com as formulações teóricas, entendemos cada vez mais que vale a pena.

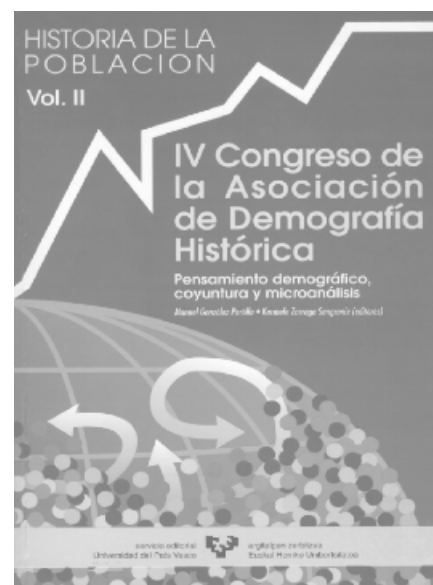
Entendemos como núcleo duro da

Demografia Histórica o campo que contempla a análise longitudinal dos comportamentos demográficos, com base em fontes paroquiais (fundamentalmente os registos de nascimentos, casamentos e óbitos) tratadas segundo metodologias específicas (metodologias de reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias) e que permite encontrar na disciplina uma base segura de apoio para os avanços interdisciplinares ou transdisciplinares.

Não se trata de negar a validade de outras abordagens. Trata-se apenas de valorizar uma construção que permite avanços analíticos importantes no campo demográfico, que estão fora do alcance de outras metodologias, sem ao mesmo campo demográfico se restringir.

A conferência de **Maria Luiza Marcílio** (*Histórias de vida e Micro-análise no estudo Longitudinal do Migrante Português no Brasil colonial*), descreve a génese do Projecto Internacional “Migrantes e Migrações portuguesas para o Brasil. Séculos XVII ao XX.”, em que se visava o intercâmbio entre a Universidade de S. Paulo e a Universidade do Minho, cujo objectivo maior, seria o de “conhecer o Migrante - não mais em termos quantitativos mas, dentro de uma perspectiva longitudinal, recuperar sua História de Vida, antes e depois do seu deslocamento transoceânico, através da Reconstituição de Paróquias”.

Manuel Ardit, na sua comunicação (*Microanálisis demográfico en larga duración: el caso de España*), ensaia uma “aproximação bibliométrica” com base em 101 publicações de resultados de investigações demográficas microanalíticas vindas a lume entre 1966 e 1995, estabelecendo a cronologia e a geografia dos trabalhos de demografia histórica publicados em Espanha. Depois de analisar os resultados apurados em relação às diferentes variáveis do comportamento demográfico, o autor conclui que seria



desejável a uniformização dos métodos e o planeamento da escolha das localidades a estudar, bem como a elaboração de “síntesis intermedias por investigadores que conozcan bien la bibliografía y la problemática de sus ámbitos de estudio. Debería insistirse en el hecho de que los métodos microdemográficos y en especial el de reconstrucción de familias, por la forma absolutamente desagregada como trata la información, pueden ser de gran utilidad cuando la información individualizada que proporcionan se enlaza con otros datos también desagregados de tipo demográfico, como pueden ser listas de grupos residenciales, catastros de propiedad, relaciones fiscales u otros documentos similares. En este caso su alcance va mucho más allá de la demografía, pero la explotación demográfica de los datos puede ayudar a completar las extensas lagunas que todavía persisten y a delimitar con mayor precisión los modelos y submodelos que hemos podido identificar”.

Partindo da comunicação de Manuel Ardit, Norberta Amorim, faz, no texto introdutório, o ponto da situação dos estudos de Demografia Histórica em Portugal desenvolvidos numa perspectiva de micro-análise:

Enquanto que, para Espanha, a reconstituição de famílias foi utilizada

Actas do IV Congresso da ADEH

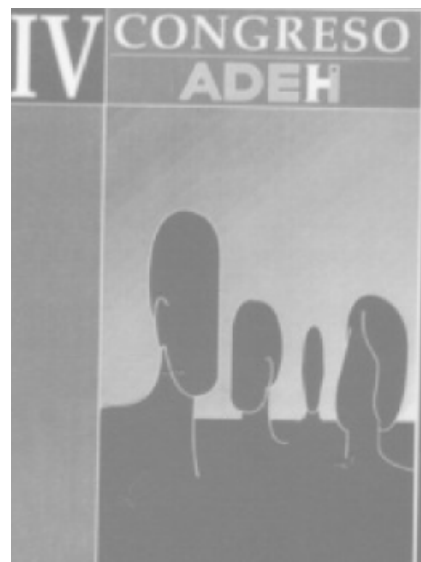
com objectivos demográficos desde 1967, em Portugal, embora desde 1959 se apresentem nas universidades dissertações de licenciatura baseadas em registos paroquiais só em 1971 um trabalho académico, posteriormente publicado, utiliza a reconstituição de famílias para análise de comportamentos demográficos de Antigo Regime. Esse desfazimento temporal entre a produção espanhola e a portuguesa não é ultrapassado nas décadas seguintes. Enquanto os anos oitenta foram os anos de ouro dos estudos microdemográficos em Espanha, em Portugal há que esperar pelos anos noventa, para que uma pujança nova sobressaia. A razão do florescimento actual da Demografia Histórica em moldes clássicos no país terá a ver principalmente com o lançamento de programas de Mestrado que contemplam a disciplina, embora as Jornadas de História Local, um pouco por todo o lado, possam estimular este tipo de estudos.

No que respeita à cobertura territorial com monografias baseadas na reconstituição de famílias, mais em Portugal do que em Espanha se acentuam as descontinuidades. Dezenas de trabalhos monográficos se organizaram ou estão em vias de organização sobre paróquias a Norte do Douro, alguns trabalhos se organizaram sobre paróquias dos Açores, muitos poucos sobre outras zonas do país. Da dinâmica agora encontrada nas Universidades, com projectos subsidiados com incidência em paróquias do Centro Interior e do Sul, se espera, em horizonte curto, uma alteração da situação.

Assim, sabemos em Portugal muito menos do que em Espanha sobre comportamentos demográficos nacionais para o Antigo Regime, embora, em proporção, possamos contar com maior número de monografias e uma dinâmica actualmente mais positiva de exploração de fontes paroquiais. Dentro das zonas cobertas sabemos mais sobre idade média ao primeiro casamento ou sobre fecundidade do que sobre mortalidade, o que reflecte principalmente as dificuldades das fontes. Raramente, nas zonas cobertas, encontramos, para o Antigo Regime, registo sistemático de óbitos de crianças menores de sete anos.

Um aspecto a salientar, caracterís-

tico das monografias portuguesas desta década, e que esta sessão bem documenta, é o seu desenvolvimento em muito longa duração, atingindo frequentemente os quatro séculos - dos anos setenta-oitenta do século XVI aos anos oitenta-noventa do nosso século. A metodologia mais usada é a de reconstituição de paróquias, ultrapassando-se com ela, em muitas vertentes, o estudo pioneiro sobre a Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980), que publicámos em 1992. Testemunho desse facto são os diversos trabalhos aqui apresentados que, usando a base de dados demográficos, incidem sobre comportamentos sociais ou culturais. •



IV Congresso da ADEH

SESSÃO: MICRO-ANÁLISE DE LARGA DURAÇÃO

Na sessão sobre de Micro-Análise de larga duração, do IV Congresso da Asociación de Demografía Histórica, foram apresentadas as seguintes comunicações espontâneas:

António Amaro das Neves, *A ilegitimidade no Minho Antigo: o exemplo do Norte de Guimarães*

Rui Leandro Alves da Costa Maia, *As alterações estruturais na nupcialidade numa comunidade semi-urbana.*

Teodoro Afonso da Fonte, *Contexto social e problemática do abandono de crianças no âmbito da reconstituição de paróquias. O exemplo de Ponte de Lima nos séculos XVIII e XIX.*

Odete do Carmo Santos Soares, *Reconstituição de Paróquias e Categorias sócio-profissionais no Antigo Regime.*

Henrique Fernandes Rodrigues, *Escolarização no Alto-Minho, séculos XVIII-XIX, e alfabetização de fluxos migratórios na primeira metade do século XIX.*

João Antero Ferreira, *Estratégias de Descendência: a reprodução social de duas famílias vizelenses.*

Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho, *A Fecundidade Legítima em duas comunidades do Minho Interior, séc. XVII-séc. XX.*

Maria Hermínia Morais Mesquita, *Mortalidade infantil da Criação Velha, paróquias do Sul do Pico (sécs. XIX e XX).*

Justino Pereira de Magalhães, *Demografia e Alfabetização no Vale do Ave na transição de Antigo Regime.*

Maria Otilia Pereira Lage, *Trajecto de pesquisa num espaço rural de industrialização difusa no Norte de Portugal: reflexão metodológica.*

Maria Palmira da Silva Gomes, *Nupcialidade em Cortegaça (1583-1975)*

José Adriano Soares Guerra Janeiro, *A comunidade local de Santiago de Lordelo. Alguns resultados preliminares.*

Maria Manuela Teixeira Ferreira da Silva, *A nupcialidade em Santa Maria de Aveleda (1580-1993)*

EDIÇÕES DO NEPS - TÍTULOS DISPONÍVEIS

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população - 1606-1910*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça - Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Ro-marigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00]

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/

ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (ST.^a Tecla), Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999

[4 000\$00]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).

Boletim Informativo nº 12 - Março de 2000

PUBLICAÇÃO DO:

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Pólo de Azurém

Guimarães

DIRECTORA:

Coordenadora do NEPS

EDITOR:

António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTE NÚMERO:

Xosé Sierra Rodríguez, José Guilherme Reis Leite, Carlota Santos, Alberto Correia, Norberta Amorim, António Amaro das Neves, Elisabete Pinto

SECRETARIADO:

Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva, Sónia Fernandes, Sérgio Castro, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL

n.º 125306/98

Núcleo de Estudos de População e Sociedade

Universidade do Minho, Pólo de Azurém, 4800 Guimarães

Telefone/Fax 253510187 ♦ e-mail: neps@eng.uminho.pt

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.